

# O NASCIMENTO DO SISTEMA UNIVERSITÁRIO PÚBLICO NA BAHIA: UMA ABORDAGEM NA HISTÓRIA DAS INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS

Ms. Fabihana Mendes  
Doutoranda UFBA/UEFS  
fabihanamendes@gmail.com

Dra. Janúzia Mendes  
Professor UNEB  
januziamendes@ig.com.br

Dr. Amílcar Baiardi  
Professor UFRB  
amilcarbairdi@uol.com.br

## INTRODUÇÃO

As universidades públicas são, no geral, organizações sociais bastante complexas. Tal complexidade está diretamente ligada às suas dimensões, à variedade de recursos que mobiliza, à multiplicidade de produtos e serviços que elabora e oferece à comunidade, à diversidade do público-alvo que deve atender, às relações interinstitucionais em que se insere e que gerencia e, ainda, porque produz e administra a instituição da ciência. (LOPES, 2003)

As universidades, através de seus programas de pesquisas, devem não só atender às demandas da sociedade, mas também direcionar, guiar o desenvolvimento, oferecendo não apenas alternativas de novas técnicas como também de novos métodos para os agentes integrantes do processo produtivo, o que tende a causar uma melhoria no nível de vida da sociedade.

A universidade, então, tende a ocupar uma posição fundamental nessa dinâmica, empreendendo processos de inovação tecnológica, de produção e difusão da ciência e da cultura, além de ocupar lugar estratégico no desenvolvimento socioeconômico e de qualificar os diferentes níveis de ensino do próprio sistema educacional. Ademais, tal instituição desempenha uma pluralidade de funções em termos de formação acadêmico-profissional.

Gerar novas tecnologias, ou inovações, associa-se à investigação científica e à produção de conhecimento que se encontram também dentro das universidades e das instituições de ensino superior de um modo geral. (LOPES, 2003)

Desta forma, além de encontrar caminhos que promovam transformações em direção à melhoria da qualidade de vida das sociedades, às Universidades cabem atribuições de articulação entre saber científico e a realidade, no mais amplo aspecto da sobrevivência da espécie humana. A multiplicidade de funções exige da instituição sua adequação a dinâmicas sociais específicas de cada localidade.

Articular universidade e contexto regional remete, destarte, à consideração de que a localização geográfica se constitui em um importante indicador da inter-relação que existe entre os fatores que particularizam tais instituições, quando analisadas nos seus contextos locais.

## **O CENÁRIO NACIONAL**

A década de 1950 e a implantação do nacional-desenvolvimentismo foram o marco significativo na economia brasileira, rumo às mudanças que se observaram na base econômica, nos anos posteriores. A ruptura do modelo primário-exportador em favor de um modelo conhecido como de “substituição de importações”, voltado para o mercado interno, significou uma profunda mudança quantitativa e qualitativa da economia brasileira.

A concentração da industrialização nas regiões Sul e Sudeste, entretanto, acentuou as disparidades regionais e provocou atraso nas demais regiões, levando o governo de Jânio Quadros à criação de órgãos promotores de desenvolvimento regional como a Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), idealizada e dirigida por Celso Furtado, instituição de fundamental importância para a instalação do parque industrial da Bahia.

As turbulências no cenário político com a renúncia do então presidente Jânio Quadros em 1961, a deposição do presidente João Goulart e a instalação da ditadura militar, em 1964, não abalaram a crença no desenvolvimentismo. O governo João Goulart ressaltava a estreita ligação entre emancipação econômica e superação do subdesenvolvimento, fundamentando-se nas estratégias traçadas no Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico. Já os militares, privilegiando a necessidade de controlar a crise econômica e financeira do país, estabeleceram as Diretrizes de Governo e o Programa Estratégico de Desenvolvimento (PED), visando à “aceleração do desenvolvimento” e à “contenção da inflação”. Posteriormente, traçaram os Planos Nacionais de Desenvolvimento (I e II PND), que estabeleceram os grandes objetivos do desenvolvimento brasileiro: elevar o Brasil à categoria de nação desenvolvida, dentro de

uma geração; duplicar a renda per capita e expandir a economia, ambientados em um cenário de “potência emergente”.

Tal projeto de “Brasil - potência” mundial emergente, levado a cabo pelo general Ernesto Geisel, propunha manter a performance econômica do modelo “milagre brasileiro”, implantar um novo padrão de industrialização baseado na indústria de bens de capital (em substituição ao setor de bens duráveis) e insumos básicos. A expansão da indústria foi colocada, então, como primeira prioridade do governo.

Nesta onda dos acontecimentos e da implementação das políticas econômicas, a Bahia experimentou a gradativa mudança na base da sua economia com a entrada da produção petrolífera, a inauguração do Centro Industrial de Aratu, a implantação da Usina Siderúrgica da Bahia (USIBA) e o Pólo Petroquímico de Camaçari.

As repercussões dessas medidas se fazem sentir a partir dos meados da década de 1970, com a superação da fase agroexportadora da economia baiana e crescente industrialização da Região Metropolitana de Salvador (RMS), com grande impacto no grau de complexificação das atividades urbanas. A mudança decorre da agricultura, debilitada pela estagnação ou declínio dos produtos tradicionais (cacau, fumo, sisal, algodão, cana-de-açúcar, mamona) que regrediu sua participação no PIB estadual, cedendo sua relativa importância aos novos pólos dinâmicos de produção industrial.

Nas análises de Prosérpio (1994) e Menezes (2000), a industrialização fez com que a dinâmica de acumulação do capital na Bahia passasse a ser condicionada pela atividade industrial e, a partir da consolidação do Pólo Petroquímico, reforçou os vínculos entre a economia baiana e o Sudeste do país, tendo em vista seu caráter complementar à indústria instalada no Centro-Sul. Com essa matriz, a economia sofreu uma mudança estrutural que se caracterizou pela concentração espacial, ficando a RMS responsável por 70,5% do valor da transformação industrial, em 1999, conforme dados de Menezes (2000, p.77). Essa proeminência de Salvador resultou em obstáculos ao desenvolvimento de pólos regionais liderados pelas cidades médias.

## **A TERRITORIALIDADE DAS UNIVERSIDADES**

É sabido que para universidades instalarem-se em determinados locais, vinculam-se a tal decisão tanto fatores exógenos e endógenos, como também fatores que se referem à tradição histórica da emergência da instituição como às configurações econômicas, políticas,

sociais e culturais presentes e combinados de formas diversas em determinados espaços e tempo histórico. (CUNHA, 1991)

Ainda conforme o autor, a Reforma Universitária de 1968 (Lei 5.540/68) acabou por induzir, no Brasil, que os campi universitários fossem instalados longe dos centros urbanos. O que o governo militar queria alcançar com medidas desse nível era que a unidade estudantil, construída a partir da espacialização das universidades que congregavam Escolas, Faculdades e Institutos dispersos em diferentes locais nas áreas urbanas, com grande capilaridade do tecido social e grande poder de mobilização da sociedade, fosse quebrada.

No processo de instalação de universidades em determinados espaços geográficos, estabelece-se um conjunto de interesses onde estão em jogo relações de poder e hegemonia, sob o ponto de vista político e econômico. Sob este aspecto, a Universidade torna-se um aparelho ideológico de Estado (ALTHUSSER, 1992) e cumpre o papel de funcionalização do poder.

Assim, quando uma universidade se instala em determinada região, ela ganha contornos socioespaciais pela incorporação do contexto local, seja econômico, político, cultural e/ou histórico. Nesse movimento, tal instituição assume importância singular na dinâmica de desenvolvimento, relacionando-se a questões específicas do referido espaço regional no qual está inserida. Desta forma, a universidade tende a ocupar uma posição fundamental nessa dinâmica, empreendendo processos que a levam a ocupar lugar estratégico no desenvolvimento socioeconômico, graças a suas características como Instituição com multiplicidade de funções, o que lhe exige adequação a dinâmicas sociais específicas, criando sentimento recíproco de pertença, no processo endógeno de influências. (MIDDLEJ, 2004)

## **O NASCIMENTO DAS UNIVERSIDADES BAIANAS**

As universidades federais nos estados foram criadas baseadas na universidade do Rio de Janeiro. A presença de oligarquias na criação das universidades e os diversos acordos realizados entre o poder federativo e os estados são apontados como intimamente relacionados aos diversos caminhos trilhados pelas universidades brasileiras desde a sua criação. Para grande parte dos historiadores, a instauração de muitas universidades significou o desvio de recursos financeiros para os estados, local de prestígio político e de emprego para os filhos das elites.

No bojo das transformações estruturais do Ensino Superior no Brasil, viabilizou-se, a partir de 1960, a expansão do sistema através da ampliação da oferta de escolas do 3º grau no

interior do país, especialmente pela esfera privada. Na Bahia, este contexto histórico propiciou a instalação de escolas isoladas, em diversas e principais cidades do interior, que viriam a se constituir núcleos de formação das universidades, hoje mantidas pelo Estado.

A crescente expansão da rede pública estadual de ensino de 1º e 2º graus exigia a fixação no interior de pessoal habilitado para o exercício do magistério. Decorre-se daí as iniciativas de criação de escolas de formação de professores no interior do Estado. Através da Lei Estadual 1.802, de 25 de outubro de 1962, foram criadas as Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras de Feira de Santana, Vitória da Conquista, Jequié, Caetité e Juazeiro (BAHIA,1996).

Em Ilhéus, foi criada a Faculdade de Direito, autorizada a funcionar em 19/03/1960, e em Itabuna, a Faculdade de Filosofia, autorizada a funcionar em 05/10/1960, iniciando suas atividades com os cursos de Filosofia, Letras, Pedagogia, Estudos Sociais e Ciências (os dois últimos com licenciaturas curtas).

Se, por um lado, esta foi a característica comum à formação das Instituições estaduais, por outro, a trajetória de cada uma diferenciou-se em decorrência da correlação de forças políticas em diferentes momentos de suas histórias, desenhando, no mapa da Bahia, uma regionalização.

Na onda desenvolvimentista, o governo do Estado da Bahia elaborou uma política global de desenvolvimento do sistema de educação, incluindo a organização espacial do Ensino Superior no estado em consonância com sua divisão em Regiões Administrativas, através da criação de distritos geoeeducacionais da Bahia (BAHIA..., 1969).

Essa política, sistematizada no Plano Integral de Educação e Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado (BAHIA,1969), definiu como prioridade a interiorização do Ensino Superior através da localização de núcleos universitários em cidades "Centros de Polarização", mapeados sob critérios demográficos, sociais, geofísicos e econômicos. A estratégia de implantação dessa política foi a instalação de faculdades nas principais cidades, sedes regionais das Regiões Administrativas, que viessem a atender às necessidades sociais e econômicas locais.

Porém, como assinala UEFS (1994, p. 72), a política de interiorização sofreu influências político-partidárias, não se conseguindo a capacitação estrutural que era uma das prioridades do Plano.

As escolas criadas, via de regra, ofereciam cursos de licenciatura (principalmente as chamadas licenciaturas curtas) e bacharelados na área de ciências humanas, na tentativa de suprir as deficiências regionais na formação de professores para a escola média. A opção de

instalar instituições com tais perfis devia-se ao fato de serem mais fáceis quanto à disponibilidade de pessoal docente, além de serem menos onerosas, dependendo, basicamente, da organização de bibliotecas necessárias para seu reconhecimento por parte do Conselho Federal de Educação.

Sob o modelo vigente, as Universidades Estaduais baianas estruturaram-se via aglomeração de escolas superiores isoladas. Embora criadas em períodos distintos, todas tiveram características comuns, trazidas das escolas que as antecederam, direcionadas à formação de professores e ao projeto acadêmico-institucional respaldados na sua importância como mola propulsora para o desenvolvimento regional.

Assim, surgiram, em forma de autarquias estaduais, em substituição às formas organizacionais extintas, a Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS – unicampus) e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB - multicampi), sob a Lei Delegada n.º 12, de 30/12/1980; a Universidade do Estado da Bahia (UNEB - multicampi), sob a Lei Delegada n.º 66, de 01/06/83 e a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC - unicampus), sob a Lei n.º 6.344 de 05/12/1991.

Mais recentemente, duas universidades federais foram instauradas no estado, a Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB); e a Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

A diferenciação existente entre elas reside no perfil que cada uma foi assumindo, em função de sua história e da interação do seu projeto institucional com as regiões de sua abrangência, em atendimento às demandas e especificidades de cada região. (MIDDLEJ, 2004)

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O desenvolvimento e a modernização de uma região estão associados à existência de recursos humanos capacitados em quantidade e qualidade suficientes para atender às necessidades locais.

É inegável que a presença de uma universidade pública altera (espera-se que para melhor) o ambiente/espço onde a mesma está inserida. Desenvolvendo suas aptidões essenciais – ensino, pesquisa, extensão – a instituição tem a capacidade de conhecer a realidade e melhor definir sua atuação com vistas a fortalecer o seu papel e sua relação com a sociedade.

O Estado deveria promover o fortalecimento do sistema universitário como um todo, sem rejeitar, inclusive, aquelas que estão em outra esfera de poder, visando o aprimoramento

e estreitamento das relações entre tais instituições e o setor produtivo da sociedade. Lamentavelmente, o Estado da Bahia não soube, ainda, estabelecer um vínculo de apoio e trabalho mútuo de suas instituições com as universidades de um modo geral. (MENDES, BAIARDI, 2010)

### **Referências Bibliográficas**

ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos de estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1992, 128P.

BAHIA. SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA. *Plano Integral de Educação e Cultura*. Salvador, 1969. 2 v.

\_\_\_\_\_.\_\_\_\_\_. Coordenação de Educação Superior. *As universidades estaduais da Bahia*. Salvador, 1996.

CUNHA, Luiz Antônio. *Educação, Estado e democracia no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1991. 495 p. (Biblioteca de Educação, série 1. Escola, v. 17).

LOPES, Roberto Paulo Machado. *Universidade pública e desenvolvimento local: uma abordagem a partir dos gastos da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2003.

MENDES, Janúzia; BAIARDI, Amílcar. A construção do Sistema Estadual de C&TI na Bahia na segunda metade do século XX. In: *A ciência e a sua institucionalização na Bahia: reflexões sobre a segunda metade do século XX e diretrizes para o século XXI*. BAIARDI, Amílcar; SANTOS, Alex Vieira dos. Salvador-Cachoeira: Mestrado em Ciências Sociais da UFRB e Instituto Rômulo Almeida de Altos Estudos, IRAE, 2010.

MENEZES, Vladson. *Bahia: uma economia em transição*. Bahia Análise & Dados. Salvador: SEI, v.10, n.3 p.74-83, dez. 2000.

MIDDLEJ, Moema Maria Badaró Cartibani. *Universidade e região: territorialidade da Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC*. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Educação, 273 f, 2004.

PROSERPIO, Renata. *A Bahia no final do século*. Bahia Análise & Dados, Salvador: SEI, v. 4 n. 2-3, p.7-14, dez. 1994.

UEFS. Universidade Estadual de Feira de Santana. *A universidade em questão: Projeto de Avaliação Institucional*. Feira de Santana (BA): Imprensa Universitária, 1994. p. 169.

APRESENTAÇÃO EM PÔSTER DIALOGADO.

